

que onde se lê «Manuela Lopes do Santo» deve ler-se «Manuela Lopes do Souto».

30 de Setembro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Inspectora, *Maria Helena Bastos Martins*.

202379379

Declaração de rectificação n.º 2479/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 9803/2009 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 20 de Maio de 2009), relativo a concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «24/02/1963» deve ler-se «24/02/1953».

30 de Setembro de 2009. — Pelo Director Nacional, *Maria Helena Bastos Martins*.

202378755

Declaração de rectificação n.º 2480/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 11419/2008, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 14 de Abril de 2008, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «03/07/1964» deve ler-se «20/06/1938».

1 de Outubro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Inspectora, *Maria Helena Bastos Martins*.

202383874

Declaração de rectificação n.º 2481/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 8340/2008, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 18 de Março de 2008, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Farouzin» deve ler-se «Forouzin».

1 de Outubro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Inspectora, *Maria Helena Bastos Martins*.

202385242

Declaração de rectificação n.º 2482/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 27500/2008 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 224, de 18 de Novembro de 2008, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Bissau» deve ler-se «Buba».

1 de Outubro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Inspectora, *Maria Helena Bastos Martins*.

202384424

Declaração de rectificação n.º 2483/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 23331/2008 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 15 de Setembro de 2008, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Luanda» deve ler-se «Nova Chaves».

1 de Outubro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Inspectora, *Maria Helena Bastos Martins*.

202385137

Declaração de rectificação n.º 2484/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 10815/2008 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 8 de Abril de 2008, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Carlitos» deve ler-se «Carlito».

1 de Outubro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Inspectora, *Maria Helena Bastos Martins*.

202384238

Declaração de rectificação n.º 2485/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 13238/2008 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83, de 29 de Abril de 2008, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Simão Francisco Semedo» deve ler-se «Simão Francisco Soares».

1 de Outubro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Inspectora, *Maria Helena Bastos Martins*.

202386011

Declaração de rectificação n.º 2486/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 1742/2009, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 20 de Janeiro de 2009, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se

que onde se lê «Bruno Manuel Delgado» deve ler-se «Bruno Manuel Delgado Barbosa».

1 de Outubro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Inspectora, *Maria Helena Bastos Martins*.

202385412

Declaração de rectificação n.º 2487/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 18 654/2007, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 1 de Outubro de 2007, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Santo Nome de Jesus» deve ler-se «Santíssimo Nome de Jesus».

1 de Outubro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Inspectora, *Maria Helena Bastos Martins*.

202384781

Declaração de rectificação n.º 2488/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 23 103/2007, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 26 de Novembro de 2007, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Taseva» deve ler-se «Tasseva».

1 de Outubro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Inspectora, *Maria Helena Bastos Martins*.

202384643

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 22295/2009

Pela Lei n.º 37/2009, de 20 de Julho — 12.ª alteração à Lei n.º 21/85, de 30 de Julho (Estatuto dos Magistrados Judiciais) e 8.ª alteração à Lei n.º 47/86, de 14 de Outubro (Estatuto do Ministério Público) —, foi conferido aos magistrados o direito ao abono de ajudas de custo e de transporte para a frequência de acções de formação contínua, verificados determinados pressupostos e até certo limite.

Não determinando a referida lei a que entidade compete efectuar os respectivos pagamentos, determino que os pagamentos sejam efectuados pela Direcção-Geral da Administração da Justiça, mediante certificação prévia a emitir pelo Centro de Estudos Judiciários.

25 de Setembro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

202377312

Centro de Estudos Judiciários

Aviso n.º 17592/2009

Procedimento concursal comum para o preenchimento de 2 postos de trabalho na categoria de assistente operacional da carreira geral de assistente operacional, conforme caracterização no mapa de pessoal.

1 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 50.º, do artigo 6.º e da alínea *b)* do n.º 1 e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 7.º, todos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por meu despacho de 21 de Setembro de 2009, no uso de competência delegada, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data da publicação no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

2 — Conforme informação da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), disponível na sua página electrónica, a abertura deste procedimento fica dispensada da consulta prévia à entidade centralizada para a constituição de reservas de recrutamento (ECCRC), prevista no n.º 1 do artigo 4.º da referida Portaria, por ainda não ter sido publicitado qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento.

3 — Modalidade do contrato — Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

4 — Número de postos de trabalho — dois.

5 — Local de trabalho — os postos de trabalho situam-se nas instalações do Centro de Estudos Judiciários no Largo do Limoeiro e nas Escadinhas de S. Crispim, em Lisboa.